

Título: Da educação especial à educação inclusiva: concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão

Autor(es) Jane Silva da Mata; Jaqueline Cristini Almeida; Leilany Catariny dos Santos

E-mail para contato: pedrohumbertospb@terra.com.br

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Educação Inclusiva; Representações Sociais; Atitudes; Diversidade; Formação de Professores

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho foi discutir, com base na literatura especializada do campo, a percepção dos professores, acerca de receber alunos inclusos em suas salas de aula tendo como referência os princípios da educação inclusiva. Trata-se, pois, de um estudo de reflexão teórica, a partir de revisão bibliográfica. Assim, primeiramente foi feito um estudo histórico, recobrando desde o surgimento da educação especial no Brasil até os dias atuais. Visou-se, neste recorte histórico, compreender as mudanças sociais, políticas e econômicas, que interferem no campo da educação, ocorridas até o surgimento do modelo de educação inclusiva. Um importante marco para a inclusão das pessoas com necessidades especiais foi a chamada “Declaração de Salamanca” de 1994, que estabeleceu diretrizes internacionais para a educação de pessoas com necessidades especiais. Também são relevantes a legislação e as políticas nacionais na adoção da educação inclusiva no país, porém, até o presente momento, não se pode afirmar, com base em evidências obtidas em estudos empíricos, a superioridade do modelo da educação inclusiva em relação à educação especial. Foram examinadas as concepções dos principais autores e estudiosos da área, através de pesquisa bibliográfica e, também, foram analisados os resultados das pesquisas realizadas no Brasil sobre inclusão educacional. Estes resultados apontam para o sentimento de despreparo da parte dos professores, de um modo geral. Neste sentido, discute-se a formação de professores para a inclusão e a necessidade de uma parceria entre educação especial e inclusiva, assim como, acessibilidade e mudanças na estrutura física das escolas e nos currículos escolares. Com relação à formação dos docentes, podem ser destacados dois elementos: 1) a ausência ou insuficiência na formação parece deixar os professores sem as condições de informação e de julgamento quanto às diferenças entre o que é o papel de educador e o papel do agente de reabilitação, ou seja, não há visão clara do que distingue, de fato, o modelo inclusivo e o da “educação especial”, centrada na reabilitação e no trabalho de equipes interdisciplinares; 2) o conceito de diversidade, e a noção de “necessidades especiais”, não está incorporado ou consolidado, deixando os professores em uma visão sempre parcial, focada em uma ou outra “necessidade especial”, que acaba sendo percebida como equivalente da noção de deficiência. Pode-se afirmar, com base nas pesquisas encontradas na literatura especializada, ainda que reduzida, que os sentimentos de preocupação, de rejeição, ora até de relativo medo, relatados pelos professores, estão associados, senão produzidos por esta “inconsistência”. Pode-se pensar que, se a educação inclusiva já se tornou uma lei, ela ainda não se tornou uma norma social internalizada pelos professores. A literatura do campo aponta, embora isto não seja apoiado em pesquisas de campo com professores, que a educação inclusiva é vista como uma esperança, ou seja, está marcada por uma atitude (do ponto de vista cognitivo) favorável; porém à medida que vão vivenciando a experiência de assumirem a educação de alunos incluídos, esta atitude se torna ambivalente e até negativa. As conclusões deste estudo de natureza bibliográfica apontam a necessidade e pertinência de mais estudos empíricos que monitorem as experiências concretas, de modo a produzir um conhecimento sólido acerca das atitudes e das representações sociais dos professores, apontando as reais necessidades de formação.